

## A SOCIOLOGIA BRASILEIRA NOS ANOS 1950: HETEROGENEIDADE E HETERONOMIA

Edison Bariani\*

“Si (*sic*) é sempre certo que um Oliveira Vianna, um Gilberto Freyre e poucos mais, de uma ou de outra forma, apresentam obra honesta ou valiosa, creio que algum filósofo indiano que desejasse saber o que é a sociologia pelo que, com este nome, se faz entre nós, se sairia mais ou menos com esta definição: ‘A sociologia é a arte de salvar rapidamente o Brasil’.”

Mário de Andrade, em 1939 (1972, p. 41-2).

“Aliás, é fácil perceber hoje na inteligência brasileira uma disposição para liberar-se das heteronomias que a entorpecem. Esta disposição vem sendo contida até agora. Estou certo, porém, de que não se conterà mais tempo. As alienações do pensamento brasileiro tornaram-se muito nítidas. Já são o tema esotérico das conversas discretas de muitos intelectuais patricios.

Vão tornar-se um tema exotérico das tribunas, do livro e do jornal.

Mas, enquanto tal difusão não se registra, sabe Deus como é incômodo pensar em voz alta. Melhor, eu o sei, seria escrever um estudo sobre colocação de pronomes...”

A. Guerreiro Ramos, em 1953 (1953, p. 5-6).

Em artigo sobre os estudos sobre folclore no Brasil, Mário de Andrade – em 1939 – alertava sobre certa “ingenuidade” da sociologia, tomada como exemplo de um amálgama de missionarismo e salvação, curioso sebastianismo engajado que grassava naqueles anos de 1930 e arrefeceria um tanto a partir dos anos 1940. Já Guerreiro Ramos, em 1953, exercia certo papel que sugere desconfortável, mas ao qual se adaptaria tão bem ao ponto de sentir algum prazer sádico no cumprimento da missão, a saber, de encarnar a consciência incômoda da sociologia brasileira. Sociologia brasileira ou sociologia no Brasil? Ainda não se sabia (e talvez ainda não o saibamos), o fato é que tal questão só faria sentido com o transcorrer dos anos 1950, período no qual a sociologia brasileira perdeu aquela sua “ingenuidade” apontada por Mário de Andrade.

Já no começo do séc. XX no Brasil a sociologia foi marcada pelo caráter engajado e missionário, de crítica às mazelas do país e da (des)organização da

---

\* Doutor em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCL-UNESP/Araraquara-SP).

República que se consolidava, de descontentamento com as elites políticas e culturais e a postulação de reformas por meio da reordenação política – a partir da sociedade ou do Estado - pelo alto, pelo saneamento dos dirigentes, pelo preparo das elites, principal rumo para um país ao qual faltaria um povo e cujas elites estariam corrompidas.

Na década de 1930 a institucionalização é o fato novo, a criação das universidades e das faculdades de ciências sociais traz ao cenário as missões estrangeiras, o zelo acadêmico, a publicação especializada, o ensino da sociologia como disciplina e as entidades de classe. Já os anos 1940 serão de procura de vocações e nichos institucionais e de pesquisa, bem como de afirmação, o que ocasiona a preocupação com a viabilização teórica (e temática), operacional, de alocação de recursos e de quadros para continuidade e rotinização de procedimentos.

No Brasil dos anos 1950 a economia e a vivência social começavam a extrapolar sua base rural, a indústria se afirmava pela criação de uma infra-estrutura e uma base (de bens duráveis e de capital), e a urbanização era um processo que avançava incessantemente. A cultura vivia momento de fértil germinação e os estudos sociais agora também dispunham de outras instituições além da Universidade.<sup>1</sup> Ademais, esboçava-se mais claramente a estrutura de classes e irrompiam no cenário político os grupos subalternos, procurava-se por uma burguesia que fosse “nacional”, lamentava-se a persistente influência dos proprietários de terra (identificados menos como burgueses que como “latifundiários”), cindia-se – pela acentuação ideológica - a classe média e os trabalhadores já eram uma força política alternativa, incipiente mas real.

Já era consenso a existência do povo, não simplesmente como contingente populacional e sim como sujeito político, formado basicamente pelo ‘andar de baixo’, de modo grosseiro (e com variações conforme a elaboração) basicamente pelos grupos com acesso vedado ou precário aos bens sociais mais cobiçados: renda, propriedade e influência política. Esboçava-se também o regime democrático e a rotinização dos processos políticos, ainda embaraçados pela turbulência a cada sucessão presidencial; o monstro do golpe reiteradamente rugia nos bastidores, nas instituições, na imprensa, e crescia (estranha e paradoxalmente junto com a crença democrática), já que os golpistas de plantão (sempre) não se cansavam de alimentá-lo, assim como alguns ‘democratas’

---

<sup>1</sup> O IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) em 1953, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) em 1955, o Instituto Joaquim Nabuco em 1949, o CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais) em 1955, entre outros.

que, eventualmente derrotados, não se recusam a atirar-lhe algumas migalhas de desconfiança.

Nesse cenário a sociologia brasileira (com algum bovarismo), por vezes, distraiu-se de questões mais prementes para ocupar-se de ‘seus’ problemas, como se o *carpe diem* pudesse conturbar-lhe os planos; não faltava engajamento, seja político ou social, mas havia uma consciência de que o momento impunha sua consolidação científica antes de lançar-se ao embate com a práxis. Alguns de seus temas eram: desenvolvimento, industrialização, urbanização, mudança social, organização e integração/aculturação, educação, populações rurais e indígenas, relações de ‘raça’ etc., bem como a preocupação com a teoria, ensino e pesquisa, o processo de institucionalização e consolidação científica, temas que eram considerados cruciais para a própria sociologia no Brasil.

Em termos de metodologia havia um razoável espectro de opções, o debate nesse campo fervilhava e as distintas possibilidades eram largamente utilizadas, sem grandes apegos à ortodoxia e com certa liberalidade e ecletismo. O funcionalismo - senão predominante - estava geralmente presente, seja na totalidade, seja em partes do raciocínio sociológico; a fenomenologia avançava como antídoto ao funcionalismo e ao positivismo quase sempre subjacente; a ecologia humana – herança da Escola de Chicago – exercia influência pela presença de professores estadunidenses ligados à escola (como Donald Pierson) e da frequência dos estudos de comunidade, objeto particularmente ligado ao método; por fim, o marxismo (e o materialismo histórico como método) começava a furar o bloqueio acadêmico e ganhar prestígio na sociologia, extravasa o âmbito da militância e ganha *status* científico, mormente com L. A. Costa Pinto, um dos primeiros a instrumentalizar o marxismo nos estudos sociológicos no ambiente acadêmico.

Não obstante a abertura metodológica do período, havia algo absolutamente inquestionável: a sociologia se constituía como ciência por meio de seu caráter empírico-indutivo, qualquer projeção fora deste marco era imediatamente relegada como não-científica, não rigorosa, e cujos resultados não eram confiáveis. Não bastava à sociologia ser ciência empírica, pois os dados recolhidos por meio da experiência deveriam ser ‘corretamente’ generalizados pela elevação rigorosa do particular ao geral; tampouco lhe bastava ser indutiva, vez que a coleta de dados deveria passar pelo crivo

da observação criteriosa e da experimentação. Sociologia empírica e indutiva: fora desses marcos haveria somente filosofia social, ensaísmo, normatização, diletantismo, visão de literato, etc.

Da galeria dos autores que exerciam influência sobre os autores brasileiros constavam: Karl Marx, Emile Durkheim, Max Weber, Karl Mannheim, Ferdinand Tönnies, Georges Gurvitch, Hans Freyer, Robert K. Merton, Talcott Parsons, Gunnar Myrdal, Pitirim A. Sorokin, Donald Pierson, Robert E. Park, Ernest W. Burgess, Louis Wirth, Florian Znaniecki, William I. Thomas, etc. Crescente era a influência da Cepal e de C. Wright Mills, já os autores da ‘Escola de Frankfurt’ e Georg Simmel ainda eram pouquíssimo mencionados.

Durkheim, autor extremamente influente nos anos 1920 e 1930, mormente após a institucionalização e avanço da sociologia acadêmica, passava a ser relegado, embora sobrevivesse nos subterrâneos da formação de quase todos os sociólogos. Sofria forte crítica na Europa e, como aqui, recebeu vários petardos que, de início, estavam reservados ao positivismo ou, no máximo, ao funcionalismo. Marx entrava enfim pela porta da frente da Universidade e ganhava prestígio científico, alguns autores já o mencionavam abertamente e mesmo alicerçavam-se nele (como Costa Pinto), o que não o poupava da mistura com outros autores e métodos que os sociólogos brasileiros traziam arraigados em sua formação cultural. Já Weber era ainda pouco usado, já havia trabalhos de Emilio Willems (alemão radicado no Brasil) nos quais utilizava seus conceitos para entender a sociedade brasileira e, também, a obra de Sérgio Buarque de Holanda – ainda que reunindo um caldo de cultura alemã (Ranke, Hegel, neokantismo etc.) - já ventilava um pouco de sua obra. Em 1958, Raimundo Faoro (1987) publicará o mais sistemático trabalho de interpretação da realidade brasileira sob a influência weberiana.

O rápido adensamento da sociedade brasileira e sua diversificação produziam disparidades que coexistiam, levando a um declínio da influência dos estudos de comunidade, pois o ‘contínuo’ e o ‘gradiente’ já não davam conta das distâncias e abismos sociais. Tönnies persistia, a oposição comunidade *versus* sociedade ainda parecia útil para pensar tais desigualdades e diferenças, entretanto, a grande influência no período era exercida por Mannheim. Todo o debate sociológico dos anos 1950 foi fortemente marcado por sua influência, um tanto indireta, já que sua obra – também

devido à divisão em duas distintas fases – não se prestava a nenhuma ortodoxia, bem como suas formulações não eram endereçadas à realidade dos países periféricos, mas a uma Europa em crise e risco. Não obstante, *Ideologia e utopia* era obra obrigatória para todos, assim como os temas da modernidade, do planejamento, da sociologia do conhecimento, da técnica de controle social e de atualização de mentalidade. Por vezes a discussão de método passava pela consideração de Mannheim, a crítica a outro autor brasileiro tornava-se – por algum momento - crítica à Mannheim e a réplica, por sua vez, defesa de Mannheim. No terreno da sociologia do conhecimento, da teoria sociológica e do papel social dos sociólogos sua presença era indefectível.

Já havia, desde os anos 1930, entidades de classe dos sociólogos no Rio de Janeiro e em São Paulo, porém, naqueles anos 1950, iniciava-se a consciência da necessidade de criar entidades representativas, fóruns de debate e espaços de busca de consenso a respeito da agenda, organização institucional e papel social do sociólogo. Assim, acontecem no Brasil em 1953 o II Congresso Latino-Americano de Sociologia, e em 1954, o I Congresso Brasileiro de Sociologia.

Realizado de 21 a 27 de junho de 1954, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia, o I Congresso Brasileiro de Sociologia contou com a presença dos principais sociólogos brasileiros e estrangeiros que trabalhavam no país. Dentre os temas constantes da agenda do encontro constavam: a necessidade de conhecer o país e desenvolvê-lo, a heterogeneidade e a mudança, o índio, rural e o urbano, ensino de sociologia, a modernização das mentalidades, consolidação científica e institucional da sociologia, fontes de financiamento e papel do Estado, etc.

Entre os congressistas dominava a preocupação com a consolidação da sociologia em determinadas bases que, na oração inaugural, o presidente do congresso Fernando Azevedo expôs: separação entre ciência e política, objetividade, universalidade da ciência, não interferência do nacionalismo na produção científica, rigor e método, contraposição a literatos e diletantes, profissionalização do sociólogo, etc. (BARREIRA, 2003). Até o Governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, em discurso de abertura, afirma a imaturidade da sociologia e faz votos que seja capaz de prestar serviços à humanidade, superando sua incompletude, o que faria com que alguns duvidassem mesmo que fosse verdadeira ciência, ainda, apela ao rigor e

método para que se tornem realmente cientistas os sociólogos e não ‘simplesmente’ pensadores sociais (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 33-5). Grassava ali uma estranha separação entre ciência e política na qual um homem da política faz semelhantes afirmações num congresso científico.

Desafinando o consenso estava Guerreiro Ramos que, no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo (em 1953), como presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais, apresentou algumas estridentes propostas, que foram prontamente rejeitadas (a votação acusou a derrota por 22 votos contra 9), mas o assunto repercutiu e os ataques às propostas logo voltaram à cena, embora às vezes, de modo obtuso. Guerreiro Ramos reagiu em artigos publicados no *Diário de Notícias* (do Rio de Janeiro) e teve apoio de alguns outros intelectuais - dentre eles Nelson Werneck Sodré, seu futuro colega no IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros).<sup>2</sup>

Todavia, foi a resposta de Florestan Fernandes - alguns anos depois! - que mais repercutiu. Este, em 1958, fez um balanço da atividade científica no Brasil em *A etnologia e a sociologia no Brasil* e, no capítulo V desta obra - já publicado no mesmo ano como artigo na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* - intitulado “O padrão de

<sup>2</sup> Seguem-se as teses: “1<sup>a</sup> - As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;

2<sup>a</sup> - A organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;

3<sup>a</sup> - No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas;

4<sup>a</sup> - No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5<sup>a</sup> - O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;

6<sup>a</sup> - É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;

7<sup>a</sup> - Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações (RAMOS, 1957, p. 77-8).

trabalho científico dos sociólogos brasileiros”, o autor critica alguns pontos da comunicação de Guerreiro Ramos no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, de 1953. As observações referem-se basicamente aos itens 4 e 7 da proposta de Guerreiro, “entre recomendações que mereciam maior atenção e acolhida favorável” (FERNANDES, 1977, p. 67).<sup>3</sup> O sentido da crítica dirige-se ao caráter do trabalho científico e seus vínculos, Florestan Fernandes (ibidem, p. 68) censura a “falácia” que seria “[...] considerar impositivas as obrigações do sociólogo em relação ao sistema de interesses e de valores da nação a que deve lealdade, e, ao mesmo tempo, negligenciar as obrigações dele, relacionadas com o sistema de normas e de valores do saber científico

O cientista – para Florestan - só poderia pôr a ciência a serviço da comunidade se observasse rigorosamente os requisitos do saber científico, caso contrário, correria o risco de produzir uma “pseudociência”. Logo, a recomendação de Guerreiro Ramos sobre evitar os estudos de “minudências” seria uma imposição ideológica face às necessidades do trabalho científico; num país como o Brasil, demasiado heterogêneo, a forma de garantir um conhecimento seguro da estrutura social nacional e regional seria elaborar estudos de particularidades, pois somente a partir destas - dentro do rigor científico - poder-se-ia generalizar os resultados; relegar tais estudos seria desprezar “todo o progresso alcançado pelos desenvolvimentos empírico-indutivos da investigação sociológica, nos últimos setenta e cinco anos” (ibidem, p. 69). Além disso, o uso de recursos em pesquisas de “detalhes” sociais não se faria em detrimento da aplicação em “bens de produção”, ao contrário, tais estudos serviriam à melhor utilização de fatores de produção já que “o controle de tensões sociais depende, muitas vezes, do conhecimento positivo de unidades de investigações dessa magnitude” (ibidem, p. 70).

O padrão do trabalho científico não poderia ser decorrente do estágio de desenvolvimento da estrutura social e sim dos “critérios de explicação científica na sociologia”, as exigências não se deveriam pautar pelos recursos disponíveis e pelo “nível cultural genérico das populações” (Guerreiro Ramos), em vez disso, mesmo consideradas as dificuldades da investigação científica num país como o Brasil, dever-

---

<sup>3</sup> Utilizamos aqui a reprodução do presente trabalho outro livro do autor, *A sociologia no Brasil*.

se-ia levar em conta os padrões mais rigorosos, para tanto, caberia uma estratégia que contemplasse:

1) a seleção de problemas relevantes para a análise sociológica, quase sempre perturbada pelo impacto de influências extra-científicas; 2) a capacidade de promover a necessária adequação de noções e categorias abstratas, construídas pelos sociólogos através da observação e da interpretação de fenômenos similares em países que reproduzem, de forma mais completa, o mesmo tipo de ordem social (FERNANDES, 1977, p. 70).

A questão do ensino de sociologia como disciplina na instrução geral da população (ensino secundário) também foi assunto premente naquele II Congresso Latino-Americano de Sociologia, como reivindicação, refletia sobretudo uma preocupação muito presente na época: a sociologia era encarada como uma espécie de conscientização social e/ou forma de modernização de mentalidade - Fernando de Azevedo, Costa Pinto, Antonio Cândido, Emílio Willems, Oracy Nogueira e outros se ocuparam desses debates. Sob o ponto de vista de Guerreiro Ramos, o ensino da sociologia na escola seria não uma simples forma de vulgarização de informações, mas um modo de difundir uma consciência crítica dos problemas nacionais e promover certa emancipação em relação ao colonialismo cultural, seria um outro *front* de combate aos males da transplantação, referida agora ao cotidiano, ao senso comum, à percepção da realidade brasileira que possuíam os não-especialistas, o povo; a sociologia (mesmo como disciplina escolar) serviria a um propósito libertário e conscientizador, um saber que suprimiria a ingenuidade alienada (ANAIS DO II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 1953).

No que se refere à questão da implantação do ensino regular de sociologia na escola, Florestan Fernandes - em comunicação no I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em São Paulo (em 1954) - mostrava-se um tanto cético em relação às possibilidades de êxito do ensino da disciplina dentro do sistema educacional brasileiro de então; seriam necessárias mudanças para viabilizar o empreendimento, porém, se assim o fosse dirigido, poderia “contribuir para preparar as gerações novas para manipular técnicas racionais de tratamento dos problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais, as quais dentro de pouco tempo, presumivelmente, terão que ser exploradas em larga escala no país” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1954, p. 105).



A preocupação com a consolidação da sociologia também produziu, naqueles anos 1950, os primeiros balanços sistemáticos da sociologia no Brasil. Se nos anos 1940 já havia os trabalhos de Almir Andrade (1941) - que infelizmente não passou do primeiro volume sobre os viajantes e etnógrafos até o séc. XVII - e de Roger Bastide (1947), é na década de 1950 que surgirão vários trabalhos sobre o tema.

Guerreiro Ramos, em 1953, inicia uma ampla revisão da sociologia no Brasil que, ao final, permeará toda sua obra; para ele, a existência de uma produção sociológica no Brasil advém desde os trabalhos de Tobias Barreto, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres etc. (1953, p. 11-2), porém, seria necessário consolidar uma “sociologia nacional”, não alienada e criadora da forma da sociedade brasileira, de “molduras intelectuais da nação”, e difundi-las para que se tornem comportamentos automáticos e generalizados (RAMOS, 1953, p. 40). Aflora aqui, uma vez mais, a idéia de sociologia como consciência social e forma de modernização das mentalidades, comum naqueles anos 1950.

Já Costa Pinto e Edison Carneiro, em 1955, fazem um balanço institucional e temático da produção sociológica brasileira;<sup>4</sup> subjacente está a idéia, posteriormente muito difundida, de que 1930 seria o “marco zero” da sociologia no Brasil, uma vez que no Brasil “o ensino das ciências sociais em grau superior não teve organização autônoma antes de 1930” (PINTO; CARNEIRO, 1955, p. 11). Compartilha também desse ponto de vista Pinto Ferreira (1958), segundo o qual as ciências sociais tomaram rumo impressionante e os estudos sociais adquiriram tom científico e construtivo após 1930, dando início à “fase moderna da sociologia brasileira”.

À idéia de que os anos 1930 são o marco inicial será acrescida a de que é justamente a institucionalização, por meio da criação dos cursos de ciências sociais e da Universidade no Brasil, que promoverá o desenvolvimento da sociologia no Brasil. Djacir Menezes (1956) é um dos primeiros a afirmar tal ponto de vista, seguido por Florestan Fernandes (1958, p. 190), que indicará três épocas de desenvolvimento da reflexão social no Brasil: 1<sup>a</sup>) na qual tal reflexão é usada como recurso parcial de explicação e dependente de outros instrumentos, 2<sup>a</sup>) na qual predomina o uso dessa reflexão como forma de consciência e explicação das condições histórico-sociais de

---

<sup>4</sup> A preocupação temática também está em Carneiro Leão (1957).

existência, e 3ª) na qual vige a subordinação do labor intelectual aos padrões de trabalho científico sistemático por meio da investigação empírico-indutiva.

Mais intensivo e equilibrado, recuperando nomes e contribuições para a sociologia no Brasil, é o trabalho de Antonio Candido (1964), redigido em 1956 e publicado em 1959, nele, resgata as elaborações desde o final do séc. XIX até os anos 1950 com acurado senso histórico, sem pretensões de contestação (anacrônica) das explicações da vida social com base num instrumental posterior e pretensamente progressista.

Os balanços da sociologia no Brasil que emergem nos anos 1950 são frutos de uma disciplina que se institucionalizava, buscava consolidação metodológica e, sobretudo, respeito e influência – senão prerrogativa – na explicação social do país. Ao enfatizarem o rigor e a cientificidade, os sociólogos mostram a insegurança quanto aos meios e fins que os movem, bem como necessidade de afirmação perante a sociedade civil e o Estado. Daí os constantes debates sobre o papel social, função social, tarefas e formas de participação do sociólogo na vida pública.

O principal caminho percorrido em busca dessa consolidação foi a afirmação de um hiato entre a produção dos sociólogos da década de 1950 e os estudos sociais elaborados antes da década de 1930 que, na visão dos primeiros, primava por certo ensaísmo, falha de método e falta de rigor na investigação, bem como uma certa promiscuidade entre ciência e política no que se refere aos objetivos, maculando a objetividade e distanciamento crítico das pesquisas. Também, no afã de distinguirem-se desses ‘ensaístas’, grande parte dos sociólogos daqueles anos 1950 asseveram certa homogeneidade dos estudos anteriores, que nivela por baixo as distintas abordagens da vida social no período. Assim, é relegado o trabalho de estabelecer relações com os estudos anteriores, abandonando ou simplesmente negando uma possível tradição intelectual que os antecederia. Romper com o passado ‘ensaístico’ foi a forma de buscarem autonomia e prestígio.

O embate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos é emblemático da disputa entre perspectivas de concepção da sociologia e do papel dos sociólogos: Florestan afirmava o padrão de trabalho, o rigor, o esclarecimento e distinção em relação às perspectivas sociais localizadas; já Guerreiro vislumbrava uma sociologia como ‘saber de salvação’, nacional e diretamente engajada (Ortiz, 1990; Guanabara,

1992; Bariani, 2003, 2008). Se Florestan Fernandes (1947) já havia participado no final dos anos 1940 de uma disputa que começara com Costa Pinto (1947) fazendo dura crítica à sociologia acadêmica e Emilio Willems (1947) respondendo e problematizando o engajamento marxista e seus frutos na explicação sociológica, outrossim, é por meio de outras polêmicas protagonizadas por Guerreiro Ramos que se evidenciam de modo representativo os debates em torno da sociologia como ciência, sua aplicação e o papel do sociólogo nessa empreitada, e a concepção de que a sociedade brasileira se tornava mais heterogênea, mais agudos os problemas sociais e mais complexo o papel do sociólogo (também no que diz respeito ao engajamento), ou seja, mais heterônima a realidade brasileira.

Em *O processo da sociologia no Brasil* (1953), Guerreiro Ramos, desencadeia a reflexão crítica sobre a sociologia no Brasil, armada da pretensão de torná-la uma “sociologia nacional”, orientada pelo engajamento, intervenção e compromisso com o desenvolvimento nacional; uma sociologia autêntica e não de “importação”, o que impunha a assunção, por parte do sociólogo, de seu papel como agente de construção da consciência nacional. A publicação do livro suscitou um escrito de Roger Bastide (1953) - “Carta aberta a Guerreiro Ramos” - na revista *Anhembi*. Precavido com a acidez do oponente, Bastide imprime um tom pessoal, quase íntimo e propõe uma “amigável palestra”, afirmando:

Somos obrigados a aceitar o seu [de Guerreiro Ramos] ponto de partida. A ciência não é, como outrora se julgava, totalmente desligada dos sábios que a estudam e, como esses cientistas pertencem a nações ou a classes sociais diferentes, as condições nacionais ou econômicas acabam por refletir-se até no conhecimento que pretende ser objetivo.

[...] isto posto, é preciso fazer três observações. Em primeiro lugar, que tais condições que pesam sobre a pesquisa são mais econômicas que nacionais. É mais ‘fácil’ falar de uma sociologia burguesa que de uma sociologia inglesa, ou italiana, por exemplo. E isto já abre o caminho para a constituição de uma teoria sociológica válida mais universalmente, através de toda burguesia ou de todo proletariado [...] em segundo lugar, a ciência tende assumir a forma de uma atividade coletiva, em que todo país contribui com a sua quota, em que uma pesquisa começa na Alemanha, continua na Rússia e termina, por exemplo, nos Estados Unidos, sem se preocupar com as fronteiras que separam as pátrias [...] por fim e sobretudo, deverá essa verificação da sociologia do conhecimento ser erigida em valorização? O fato deverá ser transformado em direito? E, a pretexto de que as condições nacionais ou econômicas intervêm,

será preciso concluir que não devemos trabalhar senão pragmaticamente, a favor desta nação ou daquela classe, e não objetivamente? (BASTIDE, 1953, 521-2).

Nota-se que o autor tenta cuidadosamente demarcar a independência do conceitual sociológico em relação a contextos afetivos e políticos, mas não sociais estrito senso, o que não é gratuito, pois reflete uma sensibilidade quanto às especificidades das várias sociedades, o que aflora assim é a intenção de expurgar os conteúdos valorativos, que descredenciariam a sociologia como ciência e a rebaixariam à ideologia.

[...] não há uma ciência de importação e uma ciência nacional. A sociologia é uma ciência universal ou que se esforça por encontrar um sistema de conceitos universais, desligados de qualquer contexto afetivo ou político [...] devemos esforçar-nos para passar [...] à situação do homem no ‘universo da ciência’, que é o único autônomo. (BASTIDE, 1953, p. 522).

Com base nas elaborações de Guerreiro Ramos – que buscava aplicar não os métodos importados, mas aplicá-los à realidade brasileira -, o sociólogo francês responde estar “de pleno acordo”, entretanto, para ele, Guerreiro não estaria “contra a sociologia de importação [...] mas contra a sociologia teórica” e, para aquele, não haveria senão a “sociologia aplicada” (BASTIDE, 1953, p. 526). E adverte:

1) a sociologia revelar-se-á tanto mais fecunda quanto mais repousarem as suas aplicações em pesquisas teóricas inteiramente desinteressadas. 2) Não há uma ciência dos fins; a sociologia não nos pode dar valores ou ideais. Encontrar esses valores ou ideais, para um país dado, é a tarefa da *filosofia* social ou da política. O sociólogo não pode fazer outra coisa senão indicar os melhores meios para realizar fins que lhe são dados de fora [...] Uma sociologia ‘valorizada’ como você parece por vezes desejar, seria uma sociologia falsificada. E como é fácil confundir os interesses do próprio partido ou da própria classe com os da nação, ela seria mais prejudicial do que útil ao Brasil. (ibidem, 526).

E acrescenta: “a sociologia será internacional, como a física, ou não existirá. Será desinteressada antes de tudo ou não terá aplicação prática” (ibidem, p. 528).

O sociólogo brasileiro – no entender de Bastide - deveria servir-se dos métodos e conceitos vindos do exterior para o desenvolvimento da ciência, e assevera: “a alienação é um defeito, mas [...] é o nacionalista que está alienado, e é a gratuidade que

nos liberta”. Nesse aspecto, um tipo de estudo objetivo deveria então pautar-se pela generalidade, buscando tornar-se acessível a todas as culturas, pois:

[...] o que caracteriza o trabalho científico sobre o negro brasileiro não será explicar fatos como o *candomblé* ou o *batuque* através de conceitos de uma ciência universal, através de categorias que não são válidas para o negro somente, mas também para o branco e para todos os homens, qualquer que seja a cor da sua pele? Levar o individual ao geral, situar os fatos brasileiros no conjunto dos fatos sociológicos já estabelecidos: é o mesmo que dizer que a ciência *mata o pitoresco*. É a sua [de Guerreiro Ramos] sociologia particularista que se arriscaria a atirar-nos no anedótico, não a nossa. (BASTIDE, 1952, p. 525).

Também daqueles anos 1950 são os trabalhos sobre o negro compreendidos nos estudos sobre relações raciais feitos por encomenda da UNESCO,<sup>5</sup> alguns desses trabalhos iniciam uma nova abordagem e entendimento da questão do negro, trazendo à tona novos elementos que punham em cheque as idéias estabelecidas. Costa Pinto e Guerreiro Ramos, na mesma década de 1950, promoveram uma polêmica - em livros e em artigos na imprensa carioca – sobre a referida questão, um balanço desta querela foi feito por Marcos Chor Maio (1996, p. 10), segundo o qual A agenda política de Guerreiro Ramos “seria composta pelos seguintes tópicos: a afirmação da singularidade dos negros com a eliminação dos recalques advindos do passado, ascensão social e econômica e constituição de uma *intelligentsia*.”

Guerreiro Ramos propunha o enfrentamento do preconceito pela assunção da condição da negritude, por uma valorização até mesmo estética sob os auspícios de uma *intelligentzia* negra culturalmente adaptada às normas dominantes. Já Costa Pinto, criticando Guerreiro Ramos e o TEN (Teatro Experimental do Negro) diagnosticava – segundo Maio (1996, p. 15) - que “a modernização capitalista gerava um processo de diferenciação interna entre os negros, com o surgimento de uma pequena classe média,

---

<sup>5</sup> O projeto de estudo das relações raciais no Brasil foi concebido em 1949 por Arthur Ramos e viabilizado - em 1950 - pelo Departamento de Ciências Sociais da UNESCO e pela figura de Alfred Métraux. Do projeto original, segundo Pinto (1978), participaram - além de Costa Pinto no Rio de Janeiro - Thales Azevedo (na Bahia) e René Ribeiro Costa (no Nordeste); paralelamente, Edison Carneiro (na Amazônia), Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (no Sul) e Florestan Fernandes e Roger Bastide (em São Paulo) - cujo resultado do trabalho foi publicado como *Branços e Negros em São Paulo*, em 1955. Além desses, participaram: Charles Wagley, Oracy Nogueira e outros. Alguns escritos foram reunidos e editados sob direção de Charles Wagley (*Races et classes dans le Brésil rural*), outros constituíram obras independentes; mais tarde, o projeto teria continuidade na Cadeira de Sociologia I da USP, sob direção de Florestan Fernandes e contando com Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim. Ver Massi (1986) e Schwarcz (1999).

constituída de intelectuais, formando assim uma elite negra”, que – nas palavras de Costa Pinto - buscava “se identificar com os padrões de comportamento das classes dominantes”, sendo uma “legítima expressão da pequena burguesia intelectualizada e pigmentada” (*apud* MAIO, 1996, p. 15).

Se para Guerreiro Ramos (1979) e o TEN não havia um ‘problema do negro’, mas uma “patologia social do ‘branco’ brasileiro” e uma “ideologia da brancura”, para Costa Pinto...

[...] do mesmo modo que se pode aqui mais uma vez repetir que não há um problema do *negro* – pois o problema é o branco que tem sobre o negro falsas idéias e age de acordo com essas idéias falsas – também se poderia dizer, inversamente que a idéia da negritude não é negra – é branca, é o reflexo invertido, na cabeça de negros, da idéia que os brancos fazem sobre ele, é o resultado da tomada de consciência (também em termos falsos, diga-se de passagem) da resistência que o branco faz à ascensão social do negro. É, em suma, um racismo às avessas. (*apud* MAIO, 1996, p. 16).

À análise existencial-psicológica e à *intelligentsia* negra - elitizada, intelectualizada e sedenta de aceitação social por parte da elite brasileira - Costa Pinto opõe a mudança social e o potencial transformador do negro proletário, portador de uma consciência e atitude diferenciadas, que deveria transformar-se de ‘negro em si’ em ‘negro para si’.

Por seu turno, Guerreiro Ramos revalorizava a condição do negro como sujeito responsável e autônomo em seu destino social, todavia, as contradições do processo de integração ficavam submetidas aos anseios de reconhecimento de uma elite negra. ‘O negro’ já não era mais *um*, os brutais elementos de desigualdade e diferenciação social presentes no processo de modernização capitalista no Brasil já faziam, entre os próprios negros – e entre os sociólogos - distinções.

A diferenciação social dentre os próprios negros refletia-se nas próprias formas de abordagem sociológica da questão. Na década de 1950 há um efervescente debate sobre as distinções sociais do negro, seu papel ativo na resistência ao racismo e preconceito, o questionamento de uma suposta ‘democracia racial’, etc.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Tais discussões materializaram-se nas obras de Thales Azevedo (*Elites de cor e o estudo da ascensão social*, 1955), Roger Bastide e Florestan Fernandes (*Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, 1955), Luis de Aguiar Costa Pinto (*O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*, 1955), Clovis Moura (*Rebelião de senzala: quilombo, insurreições e guerrilhas*, 1959),

Havia, assim, uma percepção de que a sociedade brasileira se tornava mais complexa, mormente devido: à maior predominância das classes sociais em relação às castas e estamentos, ao advento das classes subalternas ao cenário político, à urbanização e à industrialização que avançavam, às transformações do campo, à afluência de novos sujeitos políticos, à necessidade de rever a clássica posição neutralista e tomar posição no delicado contexto político internacional, etc. À heterogeneidade estrutural da sociedade brasileira correspondia uma heteronomia de forças e interesses, que trazia novas questões para o cenário social e fazia descrer das antigas explicações e soluções.

Essas heterogeneidade e heteronomia refletem-se na produção sociológica brasileira daqueles anos 1950, os estudos de comunidade perdem espaço para os da estrutura social e seus agentes (classes, grupos de cor, Estado etc.); o Estado já não é visto simplesmente como organizador da nação, mas como arena de embates; a questão ‘racial’ torna-se mais complexa, desmistifica-se a tranqüila ‘convivência racial’ e o contingente discriminado já não parece algo unívoco; o papel do sociólogo é problematizado de distintos modos (engajamento, *intelligentzia*, sociólogo-cidadão, militante etc.); a questão nacional é equacionada para além do simples dualismo interno *versus* externo, pois haveria agora perigos internos à própria constituição da nação, no limite, a própria nação já não é simplesmente uma comunidade de interesses, mas um projeto político de determinados grupos e interesses contrapostos.

Nesse terreno conflituoso, ao correr da década de 1950, decaem a influência de Durkheim, do positivismo e do funcionalismo,<sup>7</sup> concepções identificadas com a ordem social, e aumentam a de autores cujas obras ocupam-se do conflito social: Marx, Weber, Gurvitch, Freyer, etc. A influência da sociologia estadunidense, mormente de Chicago, ainda resiste, mas já não mais pelos estudos de comunidades e sim devido à preocupação com a urbanização e seus problemas, a mudança cultural e social.

A sociologia no Brasil já no final dos anos 1950 se não descobre propriamente o conflito, toma-o como categoria central para explicação da realidade brasileira, o que parecia uniforme passa a ser visto pelo ângulo da diferença, o que era simples distinção acentua-se e ganha contraste, no limite, cinde-se a própria realidade social brasileira, daí

---

Guerreiro Ramos, “O problema do negro na sociologia brasileira”, 1954), etc.

<sup>7</sup> As concepções funcionalistas e sistêmicas que persistem são as que aceitam em algum grau a existência de conflitos internos à estrutura social e seus condicionantes – as de Merton, Parsons, etc.

as afirmações de uma realidade dual, classista, heterogênea, heterônima. Às idéias - dos sociólogos estrangeiros aqui atuantes - de “dois Brasis” – de Jacques Lambert (1959), em 1953 - e da “terra de contrastes” - Roger Bastide (1959), em 1957 - seguem-se as preocupações com a mudança, a intervenção social, o planejamento como intervenção racional dirigida e, por fim, a revolução – que pautará todo o debate sociológico da década seguinte.

### **Bibliografia**

ANDRADE, Almir. **Formação da sociologia brasileira, v. I**; os primeiros estudos sociais no Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. (Documentos brasileiros, 27).

ANAIIS DO II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA. São Paulo, 1953.

ANAIIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955.

AZEVEDO, Fernando. A sociologia no Brasil (o ensino e as pesquisas sociológicas no Brasil). In: \_\_\_\_\_. **Princípios de Sociologia**; pequena introdução ao estudo de sociologia geral. 11ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1973, p. 317-26.

BARIANI, Edison. **A sociologia no Brasil**: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

\_\_\_\_\_. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica**: capitalismo e sociologia no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

BARREIRA, César. (Org.). **A Sociologia no tempo**; memória, imaginação e utopia. São Paulo, Cortez, 2003, p. 19-31.

BASTIDE, Roger. La sociologie d’Amerique Latine. In: GURVITCH, Georges; MOORE, Wilbert E. (Eds.). **La sociologie au XXe siècle II**; études sociologiques dans les différents pays. Paris, France: Presses Universitaires de France, 1947, p. 621-42.

BASTIDE, Roger. Carta aberta a Guerreiro Ramos. **Anhembi**. São Paulo, ano III, v. 12, n. 36, nov. 1953, p. 521-28.

BASTIDE, Roger. **Brasil, terra de constrastes**. São Paulo: Difel, 1959.



CHACON, Vamireh. **História das idéias sociológicas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, Editora da USP, 1977. (História das idéias no Brasil).

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. In: ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. 2ª ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1964, v. IV, p. 2107-23.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso; MATTOS, Sérgio Sanandaj. **Sociólogos & sociologia**; história das suas entidades no Brasil e no mundo, v. I. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**; formação do patronato político brasileiro. 7ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. 2 v.

FERNANDES, Florestan. O problema do método na investigação sociológica. **Sociologia**, São Paulo, v. IX, n. 4, p. 332-45, 1947.

\_\_\_\_\_. **A etnologia e a sociologia no Brasil**; ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira. São Paulo: Anhembi, 1958.

\_\_\_\_\_. **A sociologia no Brasil**; contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERREIRA, Pinto. Panorama da Sociologia Brasileira, parte II. **Revista Brasiliense**, São Paulo, Brasiliense, n. 15, p. 43-64, 1958.

\_\_\_\_\_. Panorama da Sociologia Brasileira, parte III. **Revista Brasiliense**, São Paulo, Brasiliense, n. 16, p. 25-49, 1958.

GUANABARA, Ricardo. **Sociologia, nacionalismo e debate intelectual no Brasil pós-45**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - IUPERJ, Rio de Janeiro, 1992.

IANNI, Octavio. **Sociologia da sociologia**: o pensamento sociológico brasileiro. 3ª ed. rev. e aum. São Paulo: Ática, 1989.

ISEB. **Introdução aos problemas do Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. Rio de Janeiro: INEP – MEC, 1959.

LEÃO, A. Carneiro. **Panorama sociológico do Brasil**. Rio de Janeiro: CBPE, INEP/MEC: 1957. (Publicações do CBPE, série III, Livros-fonte, v. II).

LIEDKE FILHO, Enno D. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, jul./dez. 2005, p. 376-437. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n14/a14n14.pdf>. Acesso em: 1 de ago. 2007.

KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos 50. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 355-74.

MAIO, Marcos Chor. **Uma polêmica esquecida**; Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. Caxambu, XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996.

\_\_\_\_\_; VILLAS BÔAS, Gláucia (Orgs.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil**; ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras; 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Idesp, 1989, v. 1, p. 411-459.

MENEZES, Djacir. La sociología en el Brasil. In: GURVITCH, Georges; MOORE, Wilbert E. (Orgs.). **Sociología del siglo XX**. Buenos Aires, Argentina: El Ateneo, 1956, p. 197-225, tomo II, 2ª parte. (Estudios sociológicos en los diferentes países).

MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Idesp, 1989, v. 1.

\_\_\_\_\_. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Idesp, 1995, v. 2.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, Cebrap, n. 27, jul./1990, p. 163-175.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**; entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. Sociologia e mudança social. **Sociologia**. São Paulo, ELSP, v. IX, n. 4, 1947.

\_\_\_\_\_; CARNEIRO, Edison. **As ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Capes, 1955. (Estudos e ensaios, 6).

\_\_\_\_\_. **Sociologia e Desenvolvimento**; temas e problemas do nosso tempo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **O processo da sociologia no Brasil (esquema de uma história de idéias)**. Rio de Janeiro: [s.e.], 1953.

\_\_\_\_\_. O problema do negro na sociologia brasileira. In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UNB, Câmara dos Deputados, 1979. (Biblioteca do pensamento político republicano), p. 39-69.

\_\_\_\_\_. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

\_\_\_\_\_. **A redução sociológica**; introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995); antropologia**. São Paulo: Ed. Sumaré, ANPOCS; Brasília: Capes, 1999, v. I, pp. 267-326.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. (História e sociedade).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870 – 1965)**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982.

VIANNA, Luiz Werneck. Introdução; em busca de um marco comparativo. **Dados, revista de ciências sociais**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1994, v. 37, n. 3, p. 357-403.

WILLEMS, Emílio. Sociologia “acadêmica” e sociologia “socialista”. **Sociologia**. São Paulo, ELSP, v. IX, n. 4, 1947, p. 346-9.

**Resumo:** A sociologia no Brasil nos anos 1950 perseguiu sua consolidação como disciplina, ciência e forma de intervenção social, relegou as idéias anteriores de reforma das elites, de organização do Estado, as explicações gerais e ‘ensaísticas’ e o que identificava como visão homogênea da sociedade brasileira. Nesse processo desconsiderou a tradição anterior de estudos sociais e pretendeu construir-se como ciência empírica e indutiva, baseada no rigor da análise e do método. Simultaneamente, a sociedade brasileira tornou-se mais complexa e conflituosa, fazendo aflorar na produção sociológica a preocupação com a heterogeneidade e a heteronomia da vida social.

**Palavras-chave:** Sociologia no Brasil. Sociólogos. Anos 1950.

**Abstract:** Sociology in Brazil 1950's pursued its consolidation as discipline, science and form of social intervention, relegated the previous ideas of reform of the elites, organization of the State, the general and essay explanations and what it identified as homogeneous view of the Brazilian society. In this process it disrespected the previous tradition of social studies and intended to construct itself as empirical and inductive science, based on the severity of the analysis and the method. Simultaneously, the Brazilian society became more complex and conflictive, thus arising in the sociological production the concern about the heterogeneity and the heteronomy of the social life.

**Key words:** Sociology in Brazil. Sociologists. 1950's